

## 4

### O movimento e as suas ondas

A pesquisadora Regina Facchini identifica três diferentes momentos, que podem ser considerados como três ondas.

A primeira onda corresponde ao surgimento e expansão do movimento, com iniciativas bastante concentradas no eixo Rio-São Paulo. Com espírito alternativo ou libertário, essa primeira fase é marcada por um caráter antiautoritário e comunitarista.

Em meados dos anos 80, já na volta do regime democrático, a primeira onda se encerra, com o advento da Aids, logo identificada e conhecida como a “peste gay”. Há um declínio do movimento que vê o número de grupos se reduzir drasticamente e acontece um arrefecimento na militância. Mas é exatamente nesse momento que se articula uma ponte decisiva entre movimento, governo e instituições nacionais e internacionais, estimulada, agora sim, por um inimigo comum: a aids.

O terceiro momento vai acontecer nos anos 90, com a retomada de um intenso trabalho orientado pela forte presença institucional com relação às questões ligadas aos direitos e à cidadania, articulação nacional e internacional. Acontecem os vínculos com as redes e associações de direitos humanos e de prevenção à AIDS. Há forte presença na mídia e o confronto com organizações religiosas. São criadas as associações e organizações nacionais e locais como a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (ABGLT) e o Fórum Paulista de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros e a realização da Parada do Orgulho GLBT. (Facchini, 2000) (Facchini, 2003) (Simões, Facchini, 2009)

Seguindo a cronologia proposta por Regina Facchini, na segunda metade dos anos 70, com a distensão lenta e gradativa estabelecida pelo regime de ditadura militar, houve uma verdadeira explosão de movimentos sociais de todos os tipos no país. Em 1978, em São Paulo, um grupo de homossexuais criava o *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual*, a primeira organização que se propunha a lutar pelos direitos dos homossexuais no Brasil (Fry, MacRae, 1985).

O próprio nome escolhido para o grupo (Somos), além de coerente com o aspecto afirmativo de uma identidade que se assume, é um palíndromo, ou seja, pode ser lido da direita para a esquerda ou da esquerda para a direita, o que, segundo observações de participantes do grupo na época, estabelecia uma conotação central da sua localização no cenário político, desvinculando a atuação do movimento a qualquer forma de sectarismo.

Era consensual, para os integrantes do Somos, que o grupo seria exclusivamente formado por homossexuais. Acreditavam que a condição de oprimidos dos homossexuais os colocaria em desvantagem no convívio com heterossexuais e o convívio com iguais lhes preservaria a autonomia. Pensavam que os homossexuais seriam mais igualitários e, com isso, se estabeleceria um equilíbrio. Infelizmente, na prática aconteceu exatamente o contrário, o que se repetiu no histórico dos movimentos homossexuais no Brasil. Os homossexuais sempre revelaram uma enorme diversidade dentro da própria homossexualidade.

Havia um espírito de “igualitarismo comunitarista” que conflitava com a heterogeneidade do público homossexual. As reuniões consistiam em relatos autobiográficos a partir dos quais se discutia a homossexualidade de uma forma geral e particular, com uma tendência homogeneizadora, neutralizadora das evidentes diferenças. Através dos Somos aprendia-se a ser homossexual, ou ainda, “militante homossexual”. (Facchini, 2003 p. 89)

O ideário do Somos, que sofreu grande influência do antiautoritarismo e da contracultura da época, apresentava, no conjunto, as seguintes características:

- 1) o grupo deveria ser exclusivamente formado por homossexuais;
- 2) as palavras “bicha” e “lésbica” deviam ser esvaziadas de seu conteúdo pejorativo;
- 3) na análise das relações de gênero, as assimetrias entre homens e mulheres deveriam ser combatidas, bem como a polarização ativo/passivo e os estereótipos efeminado/masculinizada;
- 4) a “bissexualidade”, enquanto identidade ou subterfúgio para não assumir a homossexualidade, era criticada, embora, em alguns momentos, a prática bissexual fosse até mesmo glorificada como subversão de todas as regras;
- 5) a monogamia e a possessividade nos relacionamentos eram questionados;
- 6) o prazer era visto como bem supremo e o autoritarismo devia ser combatido em todas as suas manifestações, tanto fora, quanto dentro do grupo. (MacRae, 1985)

#### 4.1 O “Lampião da Esquina”

De forma paralela ao grupo Somos, surgia, também em abril de 1978, o primeiro jornal gay de circulação nacional, o *Lampião da Esquina* (Péret, 2011). Vários editores e colaboradores do jornal também faziam parte do grupo Somos, que já existia no Rio de Janeiro e em São Paulo, assim como a equipe do jornal, que se dividia entre as duas cidades.

O nome *Lampião da Esquina* fazia referência direta ao valente e corajoso cangaceiro e também conotava a iluminação que, supostamente, proporcionaria à cabeça das pessoas, fazendo-as aceitar novas concepções e comportamentos, novas visões de mundo, ‘iluminadas pelo Lampião’ que estava ali na ‘esquina’, ou seja, nas bancas de jornal.

O *Lampião da Esquina* conferia um enfoque político ao tema da homossexualidade, construía uma imagem positiva da identidade gay, explorava o humor, a ironia, o sarcasmo, usava o vocabulário do meio homossexual e “procurava oferecer um tratamento que combatia a imagem dos homossexuais como criaturas destroçadas por causa do seu desejo, incapazes de realização pessoal e com tendência a rejeitar a própria sexualidade” (Simões, Facchini, 2009, p. 95/96).

Antes do *Lampião da Esquina*, que tinha circulação nacional, a primeira interferência, no âmbito da grande mídia, foi a *Coluna do Meio*, que passou a ser assinada pelo jornalista Celso Curi desde 26 de fevereiro de 1976 no jornal *Última Hora*. Além de proporcionar visibilidade às questões homossexuais, a coluna abordava temas de interesse da cultura homossexual, trabalhando as informações com o humor *gay* característico, a ironia. Fazia as vezes de coluna social, que homossexuais e não-homossexuais acessavam em busca de informações sobre eventos, fatos, cultura - enfim, sobre o que acontecia na cidade.

A coluna tinha, além de uma função política importante, porque estamos falando de 1976, uma função social. Quando eu digo social é no sentido de agregar pessoas excluídas. Na época, se falava em homossexuais e estes se viam como doentes. A coluna tinha esse desafio, promover um humor *gay*, que é muito forte, mas não podia ser publicado, e também tinha a função de dizer: “Não, nós não somos anormais. Se você está se achando um anormal, está enganado, pois tem um monte de gente que está saindo, indo às

boates, namorando, encontrando pessoas e sendo feliz, apesar da ditadura militar. (Depoimento de Celso Curi em Péret, 2011, p. 40)

A *Coluna do Meio* foi publicada até 1979. Quanto mais repercussão conquistava, mais o jornal Última Hora recebia cartas anônimas que repercutiam intolerância e indignação, com críticas pedindo o fim da coluna. Celso Curi, que chegou a ser ameaçado de morte, foi processado sob acusações de atentado ao pudor, de uso de linguagem vulgar e de promover contato ‘entre seres anormais’. Embora tenha sido absolvido, pouco tempo antes, no mesmo ano de 1979, decidiu acabar com a coluna, não por causa do processo “mas porque acreditava que já tinha dado a sua contribuição ao debate sobre homossexualidade no Brasil”. (Péret, 2011, p. 41).

A capa do número zero do *Lampião da Esquina*, em abril de 1978, traz a chamada para uma reportagem sobre o processo movido pela União contra Celso Curi, em função da *Coluna do Meio*: “Celso Curi processado. Mas qual é o crime desse rapaz?”.



Fig. 5: Lampião, número zero, abril/1978.

O *Lampião da Esquina* durou três anos. Existiu de abril de 1978 a junho de 1981 e publicou 36 edições. Apresentava reportagens, entrevistas, ensaios, críticas e notícias sobre cultura, seção de cartas e colunas de opinião e humor. O jornal criou uma verdadeira ruptura, ao utilizar termos não permitidos na mídia tradicional e até rejeitados na mídia alternativa da época,

tais como “bicha”, “lésbica”, “boneca”, “viado”, “bofe” e “guei” (aportuguesando a palavra).

Desde o número zero, o jornal tinha como proposta abordar assuntos ligados a grupos minoritários, tais como feminismo, questão racial, transexualidade, etc. O editorial “Saindo do gueto”, desse mesmo número zero de *Lampião da Esquina*, já desenhava o perfil da publicação:

Mas um jornal homossexual para quê? É preciso dizer não ao gueto<sup>1</sup> e em consequência sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem padrão que se faz do homossexualismo<sup>2</sup>, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que encara sua preferência como uma espécie de maldição.

De forma diferente da grande maioria das publicações da década de 1960, que eram distribuídas gratuita e clandestinamente, o jornal era vendido nas bancas de jornal em diversas cidades brasileiras, num esquema que chegou a cobrir o país de norte a sul. Embora tenha produzido uma tiragem alta para um jornal alternativo, chegando a atingir entre 10 e 20 mil exemplares, *Lampião* não conseguiu uma distribuidora nacional, porque estas se recusavam a trabalhar com um jornal homossexual, e teve que operacionalizar uma distribuidora diferente em cada região (Péret, 2011, p. 51).

*Lampião da Esquina* foi alvo de várias tentativas de sanções por parte dos militares, boicote dos donos de banca e atentados de grupos paramilitares, que explodiam bombas caseiras em locais que vendiam publicações alternativas ou consideradas pornográficas.

(Péret, 2011, p. 53)

O jornal era bastante polêmico e as reportagens abordavam temas como a violência (contra homossexuais e mulheres), racismo, masturbação, prostituição masculina, maconha, sadomasoquismo, igreja e homossexualidade e o travestismo. Sempre trabalhava com chamadas ousadas como: “Orgasmo vaginal”; “O estupro como ato de poder”; “A matança das bichas na Alemanha nazista”; “A questão negra”; “A doença homossexual”. “O jornal ainda trazia matérias especiais na forma de entrevista com celebridades da vida cultural e

<sup>1</sup> A referência a um suposto “gueto” pode ser entendida como um sentido figurado, uma vez que no Brasil nunca houve o fenômeno real da formação de guetos homossexuais, tal como ocorreu nos Estados Unidos da América, com bairros urbanos habitados por grupos segregados, com uma vida econômica autônoma e uma cultura própria, como na cidade de São Francisco, por exemplo.

<sup>2</sup> Nessa época a imprensa e o meio homossexual ainda utilizavam a palavra homossexualismo que viria a ser substituída por homossexualidade, ao longo da década de 1980, com o propósito de retirar toda a carga da conotação negativa que o sufixo - ismo - carregava.

social brasileira, como Clodovil, Antonio Calmon, Darlene Glória, Ney Matogrosso, Leci Brandão e Fenando Gabeira”. (Péret, 2011, p. 50)

*Lampião* tinha um enfoque político mas sempre com ironia e humor não poupava a própria esquerda brasileira. Isto pode ser verificado em um de seus anúncios, que dizia: “Não fique aí parado esperando a revolução. Tenha um orgasmo agora!!! Leia e assine *Lampião*”. Também no título de um artigo, “Finalmente a UNE já pensa em prazer”. O mesmo se deu com a famosa capa que apresentava Fidel Castro travestido de Carmem Miranda e a matéria “Cuba: os órfãos de Sierra Maestra”. E ainda em uma das reportagens que mais incomodaram a esquerda brasileira, em julho de 1979: “Alô, alô, classe operária: e o paraíso, nada? Lula fala de greves, bonecas e feministas: chumbo grosso!”.

O jornal criticava o machismo e a homofobia da esquerda e do movimento sindical brasileiros, reforçando a sua imagem de autonomia, de um jornal com uma abordagem homossexual descomprometida com relação aos interesses dos grupos de militância política, estabelecendo certo distanciamento crítico.

Durante cinco dias, uma equipe do *Lampião* esteve em São Bernardo, conversando com operários, com a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos e com o próprio Lula. No texto “ABC do Lula”, ele dizia que feminismo era “coisa de gente que não tem o que fazer” e que homossexualismo na classe operária era algo que ele “não conhecia”<sup>3</sup>. (Péret, 2011, p. 51)



Fig.6: *Lampião*, fevereiro/1981.



Fig.7: *Lampião*, julho/1979.

<sup>3</sup> Na mesma semana uma legião de trabalhadores homossexuais filiados ao Partido dos Trabalhadores, se dirigiu ao partido para protestar contra a entrevista.

No final de 1979 foi realizado o I Encontro de Homossexuais Militantes na Associação Brasileira de Imprensa, ABI, no Rio de Janeiro. Em 1980, em São Paulo, o I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados, e o I Encontro Brasileiro de Homossexuais. Nesse mesmo ano ocorreram duas cisões no Somos, o que o dividiu em três grupos: Somos, Grupo Lésbico-Feminista que depois foi rebatizado como Grupo de Ação Lésbico-Feminista, o GALF e Grupo de Ação Homossexualista, depois rebatizado como Outra Coisa.

A separação definitiva das lésbicas já era esperada e os grupos justificavam a necessidade de organização independente em vista da especificidade da questão feminista, que ainda precisava ser equilibrada com a homossexualidade, em um cenário de divergência entre as mesmas (Simões, Facchini, 2009, p. 107).

A outra cisão foi em torno da participação do Somos na manifestação de apoio aos trabalhadores em greve do ABC paulista, no 1º de maio de 1980. Não havendo consenso por parte dos militantes, uma parte foi ao estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, e outra, contrária à perda de autonomia do Somos decorrente da atuação de parte dos seus membros em questões político-partidárias e ao seu envolvimento com a Convergência Socialista, promoveu um piquenique no parque do Ibirapuera.

Logo após esse “racha”, ainda nesse ano de 1980, uma ação da polícia civil de São Paulo, promoveu uma coalizão temporária, em função de um inimigo comum, o delegado José Wilson Richetti, que promoveu a “Operação Limpeza”, contra o “pessoal da noite” do centro de São Paulo, com um foco bem específico em prostitutas e homossexuais que acabou atingindo a famosa rua Vieira de Carvalho e o largo do Arouche, até hoje pontos importantes de sociabilidade homossexual. A campanha contra o delegado reuniu os fragmentos do Somos e representantes dos movimentos feminista e negro. Foi realizado um ato público em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, no final da tarde de 13 de junho de 1980. (Simões, Facchini, 2009, p. 112)

Formada a passeata, logo depois as frases foram pipocando, quase sempre impagáveis: “Richetti enrustida, deixa em paz a nossa vida!”, “Um, dois, três, Richetti no xadrez!”, “Abaixo o subemprego, mais trabalho para os negros!”. E muitas manifestantes se espantaram quando algumas feministas puxaram um refrão longamente repetido por todos: “Somos todas putas!”(...) Aproximando-se do Largo do Arouche, ecoam gritos uníssonos de “Lutar, vencer, mais amor e

mais prazer!”. Ou também: “Amor, tesão, abaixo a repressão!”. A essa altura, algumas bichinhas mais afoitas pulam numa desmunhecação feroz e ensaiam seus próprios *slogans* do tipo: “Richetti é louca, ela dorme de touca!”. Entrando no largo proibido desde há duas semanas, os manifestantes gritam “O Arouche é nosso!”<sup>4</sup>.

A campanha contra a “Operação Limpeza”, promovida pelo delegado Richetti, foi apenas o último suspiro de união de forças, de uma convergência em face de um inimigo comum, com relação a uma configuração de movimento que passaria por uma transformação muito profunda nos anos seguintes e que teve uma referência emblemática no fim de duas importantes iniciativas, o Grupo Somos e o jornal *Lampião da Esquina*.

Com a abertura política, o abrandamento da censura e o processo de redemocratização, *Lampião*, que já vivia dificuldades financeiras, sem conseguir atrair anunciantes e sofrendo problemas de distribuição que recrudesceram a partir dos atentados a bancas de jornal, ainda passou a sofrer a concorrência de jornais e revistas que se aproveitaram do contexto mais flexível e ostentavam o nu masculino. O jornal chegou a investir no recurso dos rapazes nus, mas não obteve grandes resultados.

As cisões no grupo Somos, integrado por boa parte dos componentes do jornal, e as divergências entre os editores levaram à extinção do jornal. A publicação tinha a sua parte operacional praticamente nas mãos de Aguinaldo Silva, atualmente escritor de novelas da Rede Globo de Televisão. Aguinaldo se queixava de que o jornal não poderia ser uma espécie de diário oficial do ativismo “guei”<sup>5</sup> ao ter que lidar com o fato de que o jornal “recebia uma quantidade excessiva de textos produzidos pelos mais diversos grupos de ativismo que só diziam respeito aos próprios grupos”. (Simões, Facchini, 2009, p. 109)

Uma parte dos componentes de *Lampião* apoiava Aguinaldo, que ficava no Rio de Janeiro, tinha uma visão mais pragmática e era favorável a modificar o perfil editorial do jornal para que ele pudesse continuar a circular. Outra parte fechava com João Silvério Trevisan, em São Paulo, figura importante do

<sup>4</sup> TREVISAN, João Silvério. “A guerra santa do Dr. Richetti”. *Lampião da Esquina*, nº 26, jul. 1980.

<sup>5</sup> *Lampião* não utilizava a palavra inglesa *gay*. Aportuguesava-a como ‘guei’.

movimento homossexual, escritor, jornalista, dramaturgo, tradutor, cineasta e ativista, que pretendia manter a originalidade de *Lampião* e dar visibilidade às questões que envolviam a comunidade homossexual (Péret, 2011, p. 58).

Diante do problema financeiro decorrente da falta de publicidade, a proliferação da concorrência, as dificuldades na distribuição e da divergência interna com relação à condução editorial da publicação, em junho de 1981, Trevisan decide terminar o jornal e os grupos homossexuais perdem o seu principal meio de comunicação. Através do jornal podiam fazer circular a sua cultura, a sua linguagem e suas atividades para todo o país. De certa forma, a redemocratização contribuiu para fragilizar o jornal como órgão de resistência. *Lampião* não conseguia mais sustentar um posicionamento contestatório e nem se voltava para a lógica do consumo para competir com as novas publicações que surgiam.

#### 4.2 “Chana com Chana”

Um bom exemplo dos novos tempos é o que veio através de uma das dissidências do Grupo Somos, o Grupo Lésbico Feminista, que depois se transforma no Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF), responsável pela criação do primeiro jornal lésbico do Brasil, uma espécie de informativo, o *Chana com Chana*, lançado em 1981, o mesmo ano de extinção do *Lampião*.



Fig 8: Chana com Chana, agosto/1985.

Produzido inicialmente de maneira artesanal, com periodicidade instável, como um informativo, o jornal era distribuído e vendido pelas próprias participantes do GALF em congressos, em outras capitais e em vários pontos da cidade de São Paulo, especialmente bares e boates.

Um dos principais pontos de encontros de lésbicas onde o jornal era distribuído foi o Ferro's Bar, próximo à Praça Roosevelt e ao bairro do Bexiga. A maioria dos frequentadores era de lésbicas, mas os proprietários começaram a impedir a entrada das integrantes do GALF para vender a publicação. Seguranças do estabelecimento tentaram colocar as militantes para fora, houve resistência, a polícia foi chamada e elas puderam continuar no bar, com a condição de não mais vender o jornal.

“Era uma contradição, nós fomos proibidas de vender uma publicação lésbica num bar sustentado por lésbicas”, comenta Martinho<sup>6</sup>. (Péret, 2011, p. 58)

Diante da situação, na noite 19 de agosto de 1983, as lésbicas, com o apoio de militantes homossexuais<sup>7</sup>, intelectuais e estudantes, organizaram uma manifestação em protesto contra as represálias e “invadiram” o Ferro's Bar. Este fato foi amplamente noticiado pela mídia, o que fez aumentar a frequência do bar: as integrantes do GALF passaram a ter o direito de vender o boletim.

O acontecimento, historicamente conhecido como “Stonewall brasileiro”, ficou marcado como uma data importante no movimento homossexual brasileiro. O 19 de agosto passou a ser celebrado como o “Dia do Orgulho Lésbico”.

*Chana com Chana* foi publicado até 1987, quando houve a transformação do GALF na ONG Rede de Informação Um Outro Olhar. A organização, por sua vez, passou a publicar um fanzine com o seu nome, *Um Outro Olhar*, com tiragem pequena e circulação restrita de trezentos exemplares. Os exemplares circulavam em São Paulo e eram enviados pelo correio para outros estados. Foi editado até 1995, quando se transformou em

---

<sup>6</sup> Míriam Martinho foi uma das primeiras mulheres a integrar o grupo Somos e teve grande importância para que surgisse e houvesse continuidade na imprensa lésbica no Brasil.

<sup>7</sup> É importante ressaltar que, como observa Cristina Luci Câmara da Silva, “No movimento homossexual, de uma maneira geral, a polêmica entre homossexualidade masculina e o lesbianismo sempre existiu. As militantes sempre se autodenominaram lésbicas, estabelecendo a diferença e ressaltando a sua condição feminina” (Silva, 1993, p. 43).

revista, com o mesmo nome. Foi o periódico lésbico que sobreviveu mais tempo no mercado brasileiro, tendo sido extinto em 2002 devido a problemas financeiros.

*Um Outro Olhar* começou como boletim e depois virou revista. Nós não tínhamos condição financeira para aumentar a tiragem, conseguir uma distribuidora que fizesse a revista chegar a mais lugares, foi ficando difícil. Nosso trabalho era voluntário. Era um trabalho muito grande e um retorno muito pequeno. (Depoimento de Míriam Martinho em Péret, 2011, p. 77)

Ao contrário do que acontece nos Estados Unidos e na Europa, em que há anos existem tradicionais revistas lésbicas, como a *Curve* (norte-americana) e a *Diva* (inglesa), não existe hoje uma revista lésbica no Brasil. Muitas explicações são dadas, desde a dificuldade que têm as mulheres de se assumirem como homossexuais até o grande número já existente de revistas femininas e o preconceito. A verdade é que as lésbicas representam um segmento quase invisível no país. Nina Lopes, DJ paulistana, jornalista, responsável pela criação de um *site* de sucesso que chegou a ter 250 mil acessos por mês, lançou em 2006 a revista *Sobre Elas*, que teve apenas duas edições, ressalta a importância desse preconceito:

É preciso muita coragem para romper uma barreira tão densa e empedernida. O país é ainda muito machista e preconceituoso. Para algumas, há o medo de perder a guarda dos filhos, para outras, o medo da reação da família e dos amigos, e, para todas, o medo de não serem aceitas exatamente como são, independentemente da sexualidade. É uma luta árdua, mas deve ser constante. As que vão na frente vão abrindo caminho para as que vêm atrás. (Depoimento de Nina Lopes em Péret, 2011, p. 58)

O fim do *Lampião* e, dois anos depois, a extinção do Somos, prenunciam o término do que Regina Facchini chama de primeira onda. As dissidências internas no Somos também eram muito grandes. Os homossexuais que inicialmente encontravam no grupo a força para assumir uma identidade sufocada, com o cenário da redemocratização passam a vivenciar uma nova época. A homossexualidade já não se apresenta como uma coisa única. Surge a evidência de que são muitas as homossexualidades. Por outro lado, acelera-se o processo de redemocratização no país e fica difícil manter o princípio de união de propósitos. Há uma grande diversidade dentro do que seria a diversidade.

Em 1983, por problemas financeiros, evasão de militantes que formaram outros grupos e por dificuldades de conseguir novos membros, o Somos

acabou. Foi difícil enfrentar o desafio de lidar com um cenário bem diverso daquele que determinou o surgimento do grupo. Além disso, havia a acusação, por parte de dissidentes, de estar atrelado à Convergência Socialista. Tudo isso fez com que os remanescentes do Somos abandonassem a sua sede e o grupo se dissolvesse.

A década de 1980 é considerada, de forma unânime entre os que viveram ou estudaram o período, como de declínio do movimento homossexual.

### 4.3 - Aids

A partir do novo contexto social e político da redemocratização, houve uma alteração das formas de luta, que agora demandavam uma atuação voltada para resultados pragmáticos. Com a intensificação de outro modelo de atuação, mais voltado para a institucionalização de direitos, formou-se uma nova geração de militantes. Nesse período, o fator determinante das modificações mais profundas foi a propagação do vírus HIV e a eclosão da epidemia da Aids.

A existência do vírus e da doença foi inicialmente questionada no meio homossexual. As conexões efetuadas por médicos entre Aids e homossexualidade foram desacreditadas pela militância como mais um complô dos médicos, uma resistência ao discurso de moralização e controle da medicina. Esta conjuntura inicial fez com que vários grupos optassem por não trabalhar com a luta contra a Aids, como o grupo Triângulo Rosa. Acreditavam que a associação entre Aids e homossexualidade entrava em conflito com o trabalho que se vinha fazendo para promover a visibilidade e legitimidade da identidade homossexual. (Simões; Facchini, 2009, p. 128 e p. 130).

Graças à Aids, nunca se falou tão abertamente da homossexualidade, o que trouxe efeitos positivos para a luta pelos direitos homossexuais e sua necessária visibilidade social. No entanto, o movimento homossexual correu o risco e em muitos casos resultou demasiadamente atrelado à luta contra a Aids, restringindo a sua ótica e seu espaço (Trevisan, 2000, p. 370).

A Aids foi apelidada inicialmente como “peste gay” ou “câncer gay” porque nos primeiros estágios da epidemia os casos mais numerosos foram

observados (e procurados) entre os homossexuais, vistos então como “grupo de risco”.

Existe em torno da doença uma espécie de festa mortífera, um carnaval de conservadorismo e reação que se apropria dela, desenvolvendo uma política obsessiva de repressão ao homossexual. Sobre o pânico da Aids estaria também a ameaça de morte que paira sobre a humanidade: fome, poluição, guerra, etc., mais evitáveis do que a sodomia. (Félix Guattari, in Perlongher, 1987, p. 92)

O impacto da Aids determinou uma guinada radical no movimento homossexual no Brasil. Se, no início dos anos 1980, foram identificados 22 grupos no Brasil (MacRae, 1985), segundo o Grupo Gay da Bahia<sup>8</sup> existiam apenas 7 grupos em 1984, 6 em 1985, 12 em 1986 e, em maio de 1988, 8 grupos. Com o advento da Aids houve um recrudescimento da pressão de um moralismo respaldado pelo discurso médico. Em *Corpos, Prazeres e Paixões*, tecendo considerações sobre a modernização da vida sexual e os confrontos com as estruturas da moralidade tradicional, o antropólogo Richard Parker faz uma importante observação (1991, p. 147):

No Brasil (como em muitas outras sociedades, naturalmente), várias dessas questões adquiriram até mais evidência com o aparecimento da Aids. Como aconteceu com a sífilis num período anterior, a Aids marcou a discussão da vida sexual no Brasil contemporâneo, fornecendo interesse não só para pesquisas médicas mas também para um discurso moral. As tendências liberais das últimas décadas e a evidente modernização da moralidade sexual foram mais uma vez trazidas à discussão – responsabilizadas por uma epidemia que rompeu a textura da vida moderna.

Durante o período de declínio do movimento, atingido pelo fim do grupo Somos, do jornal *Lampião da Esquina* e pelas consequências da epidemia da Aids, foram fundamentais a atuação de dois personagens que mantiveram uma postura de resistência e de mudança durante a fase de declínio do movimento. Refiro-me a João Antônio de Souza Mascarenhas, articulador do grupo de intelectuais que participou do *Lampião da Esquina* e, depois, fundador do grupo já extinto Triângulo Rosa, no Rio de Janeiro, e Luiz Mott, fundador do Grupo Gay da Bahia. Mascarenhas e Mott trabalharam para que o movimento fizesse a transição da “ênfase antiautoritária e comunitarista, para uma ênfase

<sup>8</sup> Boletim do Grupo Gay da Bahia, v. 12, n. 27. Salvador: GGB, agosto/1993.

na garantia do direito à diferença e para uma tendência a estabelecer organizações de caráter mais formal que comunitário”. (Facchini, 2003, p. 97)

Essa pode ser considerada a segunda onda do movimento. Neste ele se apresenta muito menos vinculado a grupos político-revolucionários ou à contracultura. Passa a ter foco em ações mais pragmáticas, conquista e exercício de direitos civis e luta contra a discriminação e violência dirigidas a homossexuais. Insiste em uma forte atuação no plano jurídico-legal, ao contrário dos grupos da primeira onda, que pretendiam uma “transformação social ampla, construída a partir da intimidade e do cotidiano” (Simões, Facchini, 2009, p. 125).

Nessa linha de atuação vieram conquistas muito importantes. Por exemplo, a que aconteceu em 1985, com a retirada da homossexualidade do Código de Classificação de Doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS), sancionada pelo Conselho Federal de Medicina, deixando de enquadrar a homossexualidade no rol de doenças, mesmo com o cenário da Aids.

Para se avaliar a dimensão dessa conquista, cabe destacar que a mesma alteração, pela Organização Mundial de Saúde, só veio a acontecer em 1994, ou seja, quase dez anos depois da mudança obtida no Brasil. Igualmente, diversas campanhas foram encabeçadas pelos dois grupos, como a que fizeram junto à Assembleia Constituinte, visando à inclusão da proibição de discriminação por “opção sexual”.<sup>9</sup> Ao falar aos parlamentares, João Antônio Mascarenhas se apresentou na condição de um ativista gay, o que para a época representava um grande passo.

É interessante ressaltar a visão que estes grupos trabalhavam com relação à homossexualidade, no sentido de conferir, à identidade homossexual, uma imagem pública respeitável. Em sua dissertação de mestrado em sociologia, que posteriormente se transformou em livro, Cristina Luci Câmara da Silva assinala a distinção “homossexual x travesti” presente na fala de João Antonio de Souza Mascarenhas, em duas plenárias da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987.

---

<sup>9</sup> A expressão “opção sexual” foi depois modificada para “orientação sexual” e incluída no Código de Ética do Jornalista, após mais de dois anos de trabalho intensivo desenvolvido pelo grupo Triângulo Rosa.

Nas duas ocasiões, Mascarenhas afirmou que haveria na sociedade uma confusão entre o “homossexual” e o “travesti”, o que para o “movimento homossexual seria um grande erro”. Há, segundo ele, o “homossexual” ordinário, o “homossexual” comum, e há o “travesti”, que em muitos casos são prostitutos e acabam se envolvendo com pequenos furtos ou drogas. A imagem predominantemente atribuída ao “homossexual”, na verdade corresponderia ao “travesti” e esta aproximação atrapalharia o “movimento homossexual” (...) o “homossexual” está para o “travesti” assim como a feminista está para a prostituta. (Silva, 1993, p. 83)

Com base na fala de Mascarenhas pode-se identificar a tentativa de empurrar para a identidade travesti todos os aspectos negativos ligados à marginalidade ou à criminalidade. Homossexuais seriam homens que se relacionam com homens de uma forma diferente. Na verdade, “o Triângulo Rosa nem chegou a discutir o que era homossexualidade ou homossexual. Isto já estava implícito” (Silva, 1993, p. 85).

Há, historicamente, com relação ao movimento, uma grande dificuldade de convivência entre os homens homossexuais e a travesti, assim como entre os homens homossexuais e as lésbicas. Estas não se veem como ‘homossexuais’ ou ‘gays’ porque tais referências eram utilizadas tipicamente pelos homens. Para elas são referências de domínio dos homens, os tais homens homossexuais que comandavam a maior parte dos grupos do movimento homossexual.

Os militantes dos principais grupos da “segunda onda” rejeitavam os travestis e as “bichinhas pintosas”. Entendiam a relação entre homens numa base de masculinidade/masculinidade, não mais de masculinidade/feminilidade como o padrão a ser seguido para a relação. Néstor Perlongher questiona:

Embora os extremos “caricatos” da macheza sejam desestimulados, não se trataria, na verdade, de uma espécie de “interiorização” do protótipo masculino? Isto é: já não se procuraria submeter perante o machão, mas “produzir” em si mesmo certo modelo gay que passaria, entre outras coisas, por uma recusa de “bichice” e por uma defesa – ainda que retórica – de certa pretensão de masculinidade. (1987, p. 85)

Com relação à Aids, houve também um engajamento coletivo dos grupos e até a formação de novos grupos. A Aids, de uma certa forma, apesar do seu lado trágico, acabou colaborando para tornar visível a homossexualidade. Com o passar do tempo, a sua observação não mais se dava apenas entre os homossexuais, o que se evidenciava pela disseminação da síndrome por toda a sociedade, nas suas diversas faixas etárias, regiões e níveis de renda. A atitude

e o discurso moralistas da fase inicial ficaram bastante fragilizados. Isto levou à substituição da expressão “grupo de risco”, que indexava os homossexuais como agentes da doença, para “comportamentos de risco”, que abrangia toda a sociedade. Ajustou-se o discurso oficial ao que as estatísticas revelavam, em meio ao que foi apelidado de uma verdadeira “epidemia de informação”.

Ao meu ver, o vírus da Aids realizou em alguns anos uma proeza que nem o mais bem intencionado movimento pelos direitos homossexuais teria conseguido, em muitas décadas: deixar evidente à sociedade que homossexual existe e não é o outro, no sentido de um continente à parte, mas está muito próximo de qualquer cidadão comum, talvez ao meu lado e – isso é importante! – dentro de cada um de nós, pelo menos enquanto virtualidade (...) A sociedade passou a debater amplamente argumentos a favor e contra sexo anal, sexo oral, perversões, quantidade de parceiros/as, uso de camisinha, sexo seguro e doenças venéreas, métodos anticoncepcionais, casamento entre pessoas do mesmo sexo, conveniência ou não da adoção de crianças em famílias não-padronizadas etc. Deflagrou-se uma epidemia de informação, que não tem retorno porque deixará marcas nas próximas gerações. (Trevisan, 2000, p. 462-463)

Os programas governamentais de combate à Aids passaram pela articulação de estratégias e ações contando com o apoio decisivo dos grupos do movimento homossexual brasileiro, que se empenharam para o alcance dos resultados obtidos. Com isso, o número de grupos aumentou consideravelmente, através do financiamento de organismos governamentais e de agências internacionais. Surgiu o Grupo de Apoio e Prevenção à Aids, de São Paulo (GAPA-SP), que foi a primeira ONG/Aids do país, surgida na cidade de São Paulo, em 1985. Outros grupos se estruturaram e se transformaram em ONGs. Assistiu-se, gradativamente, a uma verdadeira “ONGização” do movimento homossexual, o que acontece até hoje, com uma série de grupos se transformando em ONGs.

Nesta segunda onda, já vivendo o período de redemocratização do país, os grupos se estruturavam como empreendimento, preocupando-se em “ter uma sede, bem como com o registro oficial do grupo e o estabelecimento de uma diretoria, com cargos e funções claramente definidos” (Facchini, 2003, p. 99). Se no período da primeira onda havia predominância da vivência homossexual, nesta segunda fase a preocupação foi a de construir uma imagem pública da homossexualidade.

A atuação dos militantes da “segunda onda”, além de trazer inovações fundamentais para a sobrevivência do movimento em

tempos “democráticos”, mobilizou recursos muito importantes ao obter o apoio de diversos atores sociais, principalmente de associações científicas, partidos políticos, parlamentares e juízes, exatamente num momento em que a associação de caráter negativo entre Aids e homossexualidade ainda era muito grande. (Facchini, 2003, p. 104)

#### 4.4 – Associações, Eventos e o surgimento da Parada Gay

A partir da chegada dos anos 1990, o movimento homossexual retoma sua força. Nos encontros nacionais, o número de grupos volta a crescer e novas questões são trazidas ao cenário, como a luta pela legalização do casamento gay e a fundação da Associação Brasileira de Gays e Lésbicas<sup>10</sup>. Esta obteve a filiação de “32 entidades do movimento homossexual, ou seja, cerca de 80% dos grupos de gays, lésbicas e/ou travestis presentes” ainda durante o evento, embora desde o início tenha tido oposição e sido questionada por outros grupos. (Facchini, 2003, p. 108)

Outro fato importante foi a inserção do movimento brasileiro no plano do movimento internacional. Um bom exemplo disso foi a realização em 1995 no Rio de Janeiro da 17ª Conferência Internacional da Lesbian and Gay Association, ILGA<sup>11</sup>, que contou com 1.200 participantes.<sup>12</sup>

A realização desse evento e a qualificação dos apoios, até pelo fato de se tratar de uma ação segmentada como lésbica, uma qualificação de gênero historicamente problematizada dentro do próprio movimento, evidencia o nível de conexões e de maior e melhor articulação entre os grupos, órgãos e instituições governamentais, não governamentais e internacionais estabelecidas nessa época pelo movimento. Na ocasião da conferência foi realizada, ainda de forma espontânea, uma grande marcha que pode ser considerada como a

---

<sup>10</sup> O evento foi o 8º Encontro de Gays e Lésbicas, realizado em Curitiba, entre 28 e 31 de janeiro de 1995, quando, em assembleia geral, foi fundada a Associação Brasileira de Gays e Lésbicas – ABGLT.

<sup>11</sup> A ILGA é uma ONG belga que na época da realização do evento contava com 450 grupos associados em mais de 60 países.

<sup>12</sup> O evento teve apoio do Ministério da Saúde, da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, do Sindicato dos Bancários e Previdenciários, dos trabalhadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, de duas ONGs internacionais ligadas aos direitos humanos, quatro empresas privadas e quatro associações brasileiras: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), e o grupo Pela VIDDA, Grupo Gay da Bahia (GGB) e o grupo Dignidade.

primeira Parada do Orgulho LGBT realizada no Brasil (Facchini, 2003, p. 109) (Simões, Facchini, 2009, p. 144 e 145).

Em 1995 foi lançada, no Rio de Janeiro, a revista *Sui Generis*, única publicação desse período, que conseguiu conjugar a interlocução com o mundo mais mundano da cultura homossexual (festas, eventos, boates, moda), com os movimentos sociais e a militância. O projeto gráfico-editorial da publicação apresentava grande qualidade e obteve sucesso. A revista foi considerada o principal acontecimento da imprensa gay brasileira pós-*Lampião da Esquina*.

Com uma tiragem média de 30.000 exemplares, tendo sido editada até 2000, *Sui Generis* apresentava o *outing*<sup>13</sup> de ídolos de diversos setores e pessoas famosas, entrevistas com escritores, intelectuais e artistas, tais como Caio Fernando Abreu, Renato Russo assinando um perfil de Cássia Eller, o autor de novelas Sílvio de Abreu além de uma equipe com ótimos colaboradores. Como quase todas as publicações gays, passou por problemas financeiros e acabou (Péret, 2011, p. 88).

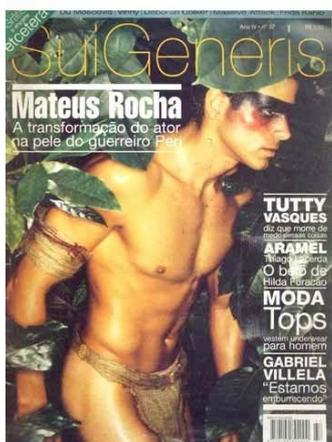


Fig.9: Capa da *Sui Generis*.

Dois anos depois do lançamento da *Sui Generis* outra publicação criou polêmica no mercado editorial, a *G Magazine*. A revista inovou no setor da imprensa erótica, mostrando nus de homens famosos, ensaios fotográficos com atores, modelos e jogadores de futebol, junto com informação geral e militância política. *G Magazine* teve tiragem média de 60 mil, mas em sua melhor fase chegou a tirar 100 mil exemplares. Números muito relevantes se considerarmos a tiragem na época de 180 mil exemplares da revista *Playboy*.

<sup>13</sup> O *outing*, não mais estar *in closet* (no “armário”), “sair do armário”, é uma expressão muito utilizada para designar o ato de assumir a identidade homossexual publicamente, de não mais se esconder.

Um dos números mais vendidos da publicação foi a lendária edição que trouxe o ensaio fotográfico do jogador de futebol Vampeta, realizado em um campo de futebol. Em uma das fotos, a mais comentada pela mídia em geral e, em especial, pela mídia esportiva, ele aparece nu, dentro de uma trave, com o pênis ereto ultrapassando o gomo de uma rede de futebol, uma clara metáfora de gol, “bola na rede”. A *G Magazine* mudou de dono, entrou em crise. Hoje, quando sai, é produzida de forma avulsa, sem critério de periodicidade, com tiragem extremamente reduzida e sem a qualidade técnica que a caracterizou quando, em função da alta tiragem e da atratividade que gerava, chegou a ser exposta nas bancas.

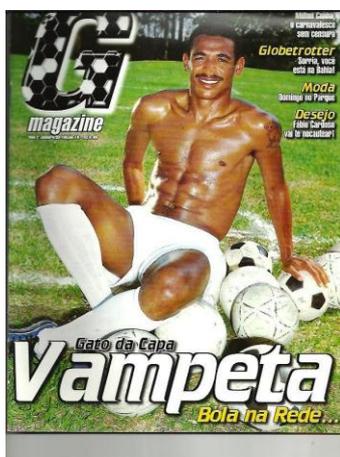


Fig.10: Capa da G Magazine.

Os anos 1990 indicam uma grande ampliação do espaço homossexual, que passa a se constituir numa atração para o qual diversos empreendimentos se voltam: publicações específicas, sites, agências de viagem, casas noturnas, eventos culturais, agências de namoros, livrarias, etc, configurando a inserção dos homossexuais no mercado.

Com a redemocratização também passou a haver maior articulação entre os ativistas LGBT e os partidos políticos. Este fato levou à diversificação dos formatos institucionais e das possibilidades de encaminhamento das demandas do movimento. Os encontros nacionais continuaram se realizando e o número de grupos participantes crescendo, a ponto de, em 1998, a ABGLT identificar 68 grupos/organizações homossexuais em todo o Brasil.<sup>14</sup> Os anos 1990 podem ser considerados como o início da terceira onda do movimento.

<sup>14</sup> Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis. *Brazilian Association of Gays, Lesbians and Transvestites*: information sheet: july/august 1998. Durante o evento Gay Games (Olimpíadas Gay),

Nessa fase há um novo perfil de identidade institucional nos grupos do movimento. Como exemplo, cabe citar o grupo Corsa (“Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor”), de São Paulo. Em seu estatuto social o Corsa se definia como:

Um grupo de conscientização e emancipação dos homossexuais, bissexuais, lésbicas, travestis e transexuais, doravante chamados de minorias sexuais, é uma organização não governamental (associação civil) sem fins lucrativos, fundada no dia 1º de julho de 1995, com sede e foro na cidade de São Paulo, com sede provisória à (...), tem caráter informativo, associativo, mobilizador, assistencial e duração por prazo indeterminado<sup>15</sup>.

Mais adiante, outra qualificação importante:

Constituem finalidades fundamentais do Corsa reunir e conscientizar o maior número de pessoas, independente de sexo, cor, credo, condição social, idade, profissão interessadas em defender a liberdade de orientação das minorias sexuais e combater a Aids e seus efeitos<sup>16</sup>.

Além da defesa das minorias sexuais, o Corsa assume o combate à Aids e seus efeitos. Revela, através da sua atuação, um profundo engajamento e preocupação no plano institucional de defesa da liberdade de orientação das minorias. Se empenha no relacionamento com as instituições e em todos os aspectos de colaboração com a política de prevenção à Aids, o que se traduz em trabalho integrado com as diversos setores governamentais e com organismos nacionais e internacionais

O grupo Corsa debatia muito os tipos de projetos que assumiria. As pessoas da sua direção estavam muito envolvidas com a organização da Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de São Paulo (APOGLBT), uma consequência das paradas realizadas, pelo movimento ao longo da segunda metade da década de 1990. A fundação da Associação da Parada, em janeiro de 1999, consolida as alianças construídas intergrupos com vistas à organização de eventos de massa que

---

realizado em Amsterdã, em agosto de 1998. Essa informação constava no documento utilizado para divulgar as atividades da Associação. (Facchini, 2003, p. 111)

<sup>15</sup> Capítulo I, artigo 1º do estatuto social do Corsa. (Facchini, 2005, p. 191)

<sup>16</sup> Capítulo II, artigo 4º do estatuto social do Corsa. (idem, ibidem)

promovessem orgulho e conferissem cada vez maior visibilidade. (Facchini, 2005, p. 191 e 243)

Quando foi criada a APOGLBT, em 1999, a parada conseguia reunir cerca de 35 mil pessoas. Em 2010 colocou em torno de 3 milhões de participantes na rua. Atraiu mais de 400 mil visitantes de fora da cidade. Foi responsável pela movimentação de cerca de 200 milhões de reais na cidade de São Paulo. Elevou a taxa de ocupação dos hotéis a 70%.<sup>17</sup> A Parada, que acontecia no Mês do Orgulho “LGBT” já contava com o apoio da SPTuris – em parceria com a Associação Brasileira de Turismo para Gays, Lésbicas e Simpatizantes (ABRAT-GLS) e a Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual da Prefeitura de São Paulo (Cads), que disponibilizavam o Guia da Diversidade.

A sigla “LGBT”, com a inversão das letras “L” e “G”, deve-se a um acordo que aconteceu a partir da 1ª Conferência Nacional GLBT realizada em Brasília, no período de 5 e 8 de junho de 2008, de conferir maior visibilidade às lésbicas. Em tudo o que se lia GLBT, passou a se ler LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), sigla hoje amplamente utilizada para referenciar a diversidade no Brasil.

Ao citar a sigla ABRAT-GLS, deparamos com dois pontos que configuram o dimensionamento atual do segmento homossexual como um mercado de enorme atratividade. Um é o fato de já existir uma associação que agrega pessoas jurídicas com missão (1), visão (2) e valores (3) bem definidos:

- 1) Incentivar o turismo, lazer e entretenimento dos consumidores do mercado GLS, defendendo os interesses e estimulando o aumento no volume de negócios de seus associados.
- 2) Ser a principal referência do turismo, lazer e entretenimento GLS do Brasil.
- 3) A ABRAT-GLS observa os princípios da ética e do respeito à diversidade, agindo com transparência e eficácia na busca de resultados positivos em sua área de atuação.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup><http://imprensa.spturis.com/imprensa/releases/pdf/paradagay.pdf> - site da SPTuris, empresa de turismo e eventos da Prefeitura de São Paulo. Dados retirados do *release* da SPTuris com relação à Parada do Orgulho LGBT de 2010. Acesso em 02/02/2013.

<sup>18</sup> <http://www.abratgls.com.br/index.php/quem-somos/> - site da ABRAT-GLS. Acesso em 10/03/2013.

O outro é a presença da letra “S” de simpatizante. Tal como sempre aconteceu no movimento homossexual, uma troca de letras indica muito mais do que a simples inversão ou alteração. Aponta para a construção de conceitos no campo das classificações, o que sempre traz consequências. O trabalho de pesquisa de Regina Facchini sobre os anos 90, *Sopa de Letrinhas? O Movimento homossexual e produção de identidades nos anos 90*, já traz, no título, uma referência à guerra de classificações em que se transformou o movimento nessa época. No prefácio, o antropólogo e professor da Universidade de São Paulo, Júlio Simões, resume bem essa questão:

Regina Facchini sugere que essas conexões ativas, notadamente as agências estatais e o mercado segmentado, contribuem para reforçar a adesão a um sistema classificatório baseado na distinção de orientação sexual e, assim, tornam viável uma modalidade de política identitária. Podemos acompanhar, então, a proliferação de siglas (a “sopa de letrinhas”) e a decorrente multiplicação de categorias destinadas a nomear o sujeito político do movimento: GLT (*gays*, lésbicas e travestis) e GLBT (*gays*, lésbicas, bissexuais e transgêneros), são siglas propostas em diálogo crítico com outras, como GLS<sup>19</sup> (que preserva certa ambiguidade classificatória em nome da inclusão); ou HSH (homens que fazem sexo com homens), das políticas de saúde (que buscava contornar o problema da falta de coincidência entre comportamentos e identidades sexuais). (2005, p. 16).

A origem da sigla GLS remete à primeira metade dos anos 1990. Está relacionada ao jornalista André Fischer, formulador da sigla e de eventos como o Mercado Mundo Mix (feira que reúne expositores e público GLS), Festival de Cinema Mix Brasil da Diversidade Sexual. Seu nome está ligado ao primeiro portal GLS brasileiro, o Mix Brasil, que entrou no ar em 1994 e existe até hoje em parceria com o Universo On Line (UOL). Por meio do Grupo Mix Brasil, além do portal, André edita duas revistas homossexuais, a *Junior* e a *H*, que serão analisadas mais adiante, no capítulo *Advergay*. Tem ainda em cadeia nacional um programa dominical de cerca de uma hora na emissora Central Brasileira de Notícias (CBN) do Sistema Globo de Rádio, *CBN Mix Brasil*, que se apresenta como programa GLS cujo tema são assuntos ligados à diversidade sexual.

---

25 Gays, Lésbicas e Simpatizantes.

A sigla GLS é uma tentativa brasileira de adaptar o *gay friendly* norte-americano à nossa realidade e promover maior aceitação para as questões e iniciativas ligadas à diversidade, o que fica bem nítido na inclusão da sigla na própria designação da ABRAT como ABRAT-GLS. Mas GLS é uma sigla para favorecer a aceitação do mercado e a melhor prospecção de segmentos curiosos e indecisos. GLS nada tem a ver com o movimento homossexual brasileiro. O movimento sempre viu nisso uma perda substancial da representatividade dos grupos que o estruturam. “Não há movimento de negros e simpatizantes ou de sem-terra e simpatizantes”, era uma afirmação repetida por militantes na época. (Facchini, 2005, p. 265)

O “escudo” conceitual da sigla GLS favoreceu a interlocução com diversos setores da sociedade, do empresariado e do poder público através do manejo inteligente e habilidoso do halo que envolve a palavra “simpatizantes”. Ela se oferece como ponte para a ambiguidade, imprecisão e dissimulação serem exercidas, favorecendo a construção de um segmento de mercado que acena com grandes oportunidades de lucro. Todos os indicadores apontam para o alto poder aquisitivo da demanda representada pelo que ficou conhecido como *pink money* (dinheiro cor-de-rosa, dinheiro *gay*).

Nesse contexto em que se misturam militância e mercado, é natural que a tônica da luta pelos direitos homossexuais tenha passado de uma contestação social mais abrangente para uma busca de maior integração social, ampliando os limites do gueto. A ênfase de um “movimento de massa” orientou-se para outros parâmetros, envolvendo a mídia, que desempenhou a função de *fazer chegar à massa*. Foi assim que os anos 90 apresentaram várias inovações fundamentais no liberacionismo homossexual brasileiro. A primeira e mais importante foi um verdadeiro ovo de Colombo conceitual, que permitiu uma guinada política inteligente e nova: a implantação do conceito de GLS – abreviação para Gays, Lésbicas e Simpatizantes. A genialidade dessa saída foi introduzir num contexto brasileiro a ideia americana de *gay friendly* de modo simples e adequado ao nosso jeitinho. (Trevisan, 2000, p. 376)

O talento mercadológico foi hábil ao entender a guerra de classificações e o contexto das trocas em que acontecia em contraposição ao ambiente bem diferente da oferta de produtos e serviços para atrair o *pink money*. Ele hoje passa a circular não mais restrito a uma subcultura, mas através da

territorialidade e legitimidade mais amplas proporcionadas pela ecologia comercial.

#### 4.5 - Travestis e Lésbicas: sempre um caso à parte

Todo o clima de empolgação e deslumbramento com a genialidade do “S”, que perdura até hoje, certamente não me parece acontecer em função do “liberacionismo homossexual brasileiro”, para lembrar as palavras de João Silvério Trevisan. A noção de *gay*, na cultura norte-americana, consegue açambarcar praticamente todo o leque de gêneros que têm como centro de gravidade o vetor homossexual. A sigla GLS não realiza essa operação no Brasil, pois a formulação assume que a palavra *gay* se limita a uma classificação de homens, já que a ela se justapõe o “L”, de lésbicas. O “S”, de simpatizantes, acontece na supressão do “T” relativo a travestis, transexuais e transgêneros, variações a que são atribuídos os níveis mais graves de abjeção no contexto social brasileiro.

Ganhou-se maior visibilidade na mídia para gays e lésbicas. Ofereceu-se uma solução para conviver com a população heterossexual e com os não assumidamente homossexuais. Enfim, abriu-se espaço para novos “segmentos de mercado” afluírem, em sintonia com a política dos “quases” apontada por Peter Fry: “quase-brancos”, “quase-pretos”, “bichas”, “bofes”, “fanchas”, “*ladies*”, “veados”, “monas”, “homens e mulheres de verdade”. Tal se deu, porém, à custa da invisibilidade das variações de gênero contidas no “T” de travestis, transexuais e transgêneros que, “segundo a população geral e dentro do meio homossexual, são consideradas como as mais discriminadas no Brasil”. (Simpson, 2011, p. 221)

O próprio movimento homossexual apresentava uma dificuldade histórica em lidar com a figura caricata do travesti, como já mostramos anteriormente. O antropólogo e pesquisador Néstor Perlongher foi o foi quem melhor evidenciou esse fato.

Nos seus primórdios, os grupos gays brasileiros se orientaram a diferenciar-se dos travestis, libertando-se da imagem degradada e folclórica do homossexual efeminado, festejado só no Carnaval. Este

enunciado parece fazer parte do arcabouço ideológico do movimento; porém, o ingresso de travestis e bichas “pintosas” foi estimulado, sem muitos resultados: a participação de travestis, quando aconteceu, foi minoritária e geralmente passageira. (1987, p. 90)

A discriminação no interior do próprio meio homossexual ficou bem evidenciada mais recentemente, na edição de 2012 da 16ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. Ao contrário das outras edições da parada, que tinham o trio com as travestis como o carro oficial de abertura, as travestis foram deslocadas para um dos últimos carros. Diferente dos homens, que aparecem quase nus em sungas minimalistas, as travestis foram advertidas a desfilar vestidas. Isso se deveu à presença de políticos, que saíram no carro oficial obtendo visibilidade roubada de figuras emblemáticas e tradicionais da parada. Por longo tempo as travestis emprestaram a imagem e contribuíram para que a parada figurasse na mídia nacional e internacional. A situação foi bem caracterizada na reportagem do site *portal az*, que apresenta o depoimento de Janaína, uma travesti.

As travestis e transexuais iriam vestidas de professoras, enfermeiras, advogadas. “Eles [os organizadores] pediram que nós não fôssemos peladas ou de vestido curto. Mesmo a gente achando que no fundo tinha algum preconceito porque *boy* de sunga branca sem camisa iria ter aos montes, nós concordamos porque era uma maneira de dar visibilidade aos transgêneros.” Toda esta situação escancara um certo desdém, mesmo que implícito, pelas vítimas mais visíveis da homofobia. “Com esta gestão não conseguimos diálogo algum, existe uma invisibilidade para as travestis e transgêneros. A Parada Gay hoje é uma parada machista e misógina”, desabafa Janaína.<sup>20</sup>

A sigla GLS, sem o “T”, passou a ser uma espécie de passaporte para que a homossexualidade pudesse transitar fora do terreno a repulsa ou discriminação. Mantêm-se os travestis, transexuais e transgêneros na condição de invisibilidade e, portanto, de vulnerabilidade, uma vez que a eles é dirigida a maior aversão. Os gays (homens) e as lésbicas (mulheres homossexuais) e, ainda, os simpatizantes são, portanto, designados como os não travestis, não transexuais e não transgêneros. Para estes últimos fica subentendido que será deslocada a latência de toda a abjeção.

---

<sup>20</sup>[http://www.portalaz.com.br/noticia/geral/244821\\_travestis\\_e\\_transexuais\\_protestam\\_contra\\_parada\\_gay\\_e\\_machista\\_e\\_misogina.html](http://www.portalaz.com.br/noticia/geral/244821_travestis_e_transexuais_protestam_contra_parada_gay_e_machista_e_misogina.html) (notícia de 9/06/2012, data da respectiva parada). Acesso em 31/03/2013

Quando passamos a conceber masculinidade e feminilidade não como algo imediatamente oriundo (ou aderido a) corpos biologicamente macho e fêmea, mas, ao contrário, como signos ou processos que são trazidos à baila ou acionados através de certas práticas específicas, então estaremos em posição de começar a compreender muito melhor a subjetividade travesti. Quando, ademais, estamos atentos às noções subjacentes de sexo, gênero e sexualidade que tornam plausíveis e lógicas certas atitudes das travestis – por exemplo: alterar radicalmente o corpo, referir-se a si mesmas (e aos clientes, eventualmente) pelo pronome feminino ‘ela’, dispensar o namorado porque ele manifestou desejo pelo pênis dela, etc; –, então seremos capazes de ir além da imagem das travestis como afeminados, que falharam em ser homens (na melhor das hipóteses) ou como ladrões insensatos do gênero alheio (na pior delas). Se fizermos tudo isso, e se nos envolvermos seriamente com as ideias e as práticas das travestis – sem pressupor que elas estão engajadas na tentativa vã e trágica de deslizar na direção do gênero errado –, então talvez possamos ouvir, afinal, as suas vozes. Vozes que lêem e enunciam, de maneira perspicaz e incisiva, algumas mensagens fundamentais, geradas pela configuração de sexualidade, gênero e sexo que faz parte de sua cultura. (Kulick, 2008, p. 242)

Com relação às lésbicas, tanto a inversão da sigla GLBT para LGBT como a inclusão do “L” do GLS representam paliativos compensatórios para lidar com a invisibilidade e o silêncio que pairam sobre a homossexualidade feminina. Em *O Discurso da Homossexualidade Feminina*, Denise Portinari dedica um capítulo inteiro – “À Escuta do Silêncio” – em que demonstra a importância para tentar entender como, onde e quando o silêncio “fala”.

Este capítulo é dedicado a esse silêncio: por seu intermédio, entramos no limiar do discurso da homossexualidade feminina. Apesar de o nosso objetivo ser o de buscar esse discurso lá onde ele fala, e não onde se cala, parece inevitável que o primeiro instante dessa busca nos apresente uma figura que o demarca como um território supostamente silencioso. Sobre essa figura, podemos observar primeiro que se trata de um silêncio relativo, se se faz notar, é pelo contraste estabelecido com o ruído produzido em torno da sexualidade e da homossexualidade masculinas. Costuma-se atribuir essa disparidade ao prolongado monopólio exercido pelos representantes do sexo masculino sobre a história e a cultura. (Portinari, 1989, p. 41-42)

Mais adiante, evidencia a queixa do silêncio através de um trecho do livro *O Lesbianismo no Brasil*, de Luiz Mott.

Se a documentação sobre a história dos sodomitas é rara e lacunosa, as informações sobre o amor entre as mulheres são ainda muitíssimo menos numerosas, fragmentadas, quando não inexistentes (...) A história do lesbianismo até pouco tempo atrás era uma página totalmente em branco, que somente nos últimos tempos tem merecido

a atenção de alguns poucos estudiosos. E devido aos milênios de alienação e inferioridade da mulher em nosso mundo, geralmente têm sido os intelectuais de sexo masculino que iniciam tais estudos e pesquisas. (Mott, 1987, apud Portinari, 1989, p. 8)

Portinari mostra como a própria divisão do mundo em categorias de masculino e feminino é uma “caracterização proposta pela linguagem. O ‘feminino’ é um discurso historicamente construído pelo poder masculino, o imaginário de mulher que o homem criou e, ao qual, a mulher se ‘conformou’”. A noção desse feminino, construída pelo homem, vai dar lugar a um paradoxo: para se entender como mulher, e para assimilar uma outra como tal, a mulher estaria colocada, nesse momento, na perspectiva da visão de um homem.

Fica evidente que, na atitude feminista, a mulher não aceita a ideia desse feminino, a construção do imaginário de mulher para ela imposta pela heteronormatividade dominante e operacionalizada pelo homem. Ela passa a não mais “estar” no feminino e na mulher onde, supostamente, deveria “estar”, o que não quer dizer que seja, necessariamente, lésbica.

Como a fala é, historicamente, do homem, a homossexualidade feminina seria “dita” pela linguagem dos homens e não estaria, como a homossexualidade masculina, em oposição à heterossexualidade, mas em oposição à própria sexualidade, “uma vez que esta pertence ao universo do falado (do falo?), que é justamente o universo masculino”. (Portinari, 1989, p. 45-48-49)

Prosseguindo com a reflexão sobre a linguagem de um silêncio classificado como “silêncio relativo”, a autora conclui.

Assim a resposta ao dilema da homossexualidade feminina – que gostaria de ver-se fora da linguagem, que é vista como algo *sem* linguagem, mas que não encontra, no fim das contas, outro lugar para existir – talvez não seja a de se digladiar com as Hidras de Lerna da língua, tarefa de que as amazonas parecem querer incumbir-se. Talvez a resposta – que nesse sentido é antes uma observação – seja simplesmente aquela que já está sendo exercida: a de procurar habitar as regiões mais inóspitas dessa paisagem: justamente os lugares onde a linguagem é acometida de tremores e de colisões. Sabemos que ao signo do feminino já foram reservados esses lugares onde a linguagem vacila, onde ela se pretende indizível: a mulher é a exasperação da linguagem. É um Freud levemente exasperado que se faz ouvir na pergunta famosa: Afinal de contas, o que quer uma mulher? A homossexualidade feminina está assentada sobre o

colapso desse dizer, sobre a sua resposta mais improvável e absurda: o que ela quer, é uma mulher? (Portinari, 1989, p. 50)

Sempre foi difícil, para o movimento homossexual brasileiro, entender e conviver com as lésbicas e os travestis (por extensão, com os transexuais e transgêneros) e com os bissexuais. No caso dos bissexuais, em decorrência da atribuição de condição ambivalente, de serem categorizados como homossexuais que, por não se assumirem como tal, possuiriam dupla identidade - o que, de certa forma, trairia a própria identidade do movimento.

No caso das lésbicas e das travestis, na maior parte do tempo (basicamente na primeira e segunda ondas do movimento), houve o manejo da invisibilidade e da abjeção. Ora eram incorporadas como parte dos grupos e da luta, ora relegadas à condição de contraste negativo para legitimar a identidade positiva dos homossexuais masculinos.

O modelo brasileiro de movimento homossexual sempre foi, historicamente, e ainda é, assimilacionista. O seu objetivo maior, explicitamente contido na formulação 'GLS' - uma sigla de mercado, não propriamente do movimento - expressa uma verdade histórica, o esforço para obter a aceitação da identidade homossexual masculina e feminina.

Para isso, produz-se uma espécie de mimese com relação aos padrões hegemônicos da condição heterossexual, instrumentalizando uma política de conformação à ideia de normalidade institucionalizada. Obtém-se o aval de legitimidade cidadã, a chancela de 'normal' aceito por todos o(a)s outro(a)s considerado(a)s 'normais'.

Normal em decorrência da aceitação, negociando espaço face à enorme pressão homo(trans)fóbica presente e atuante na sociedade brasileira. Homo(trans)fóbica apenas com relação à lógica religiosa cristã profundamente enraizada na família e no mundo do trabalho, na educação convencional, na "máquina" do dia a dia. Quando se trata de festas, shows, eventos, quando a vida se torna um palco, vivemos em uma sociedade escancaradamente homo(trans)fílica. Se não se dá a presença de homossexual, seja de que gênero for, no Brasil, não existe qualidade na festa. Festa sem gay não é festa.

Na diversidade dentro da homossexualidade, as lésbicas querem ser tão e simplesmente lésbicas, não se identificam com a palavra homossexual ou gay,

que teriam a conotação masculina. Já a travesti sempre foi considerada exótica ou esdrúxula, por ser a mulher, o homem e “o” não-mulher e “a” não-homem, a mulher no homem e o homem na mulher.

A configuração travesti contém a multiplicidade de gêneros, sintetiza o “tudo-num-só”, ao mesmo tempo em que desconstrói a lógica binária homem/mulher. Ela tensiona a ideia da necessidade de uma definição de gênero. Mas uma coisa é certa: a travesti subverte a ideia da diversidade e estabelece o princípio da diferença, mais do que o transexual ou do que o transgênero.